

Avanços e Desafios para COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA no Brasil



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Comercialização Solidária

Relação promotora de um projeto político diferenciado focado em um outro modelo de desenvolvimento, que se fundamenta nas relações de solidariedade e justiça social. Ter como base a organização social dos grupos (EES, Consumidores/Parceiros, Poder público, ONGs, entre outros).



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Relação comercial, baseada em relações éticas e solidárias entre todos os elos da cadeia produtiva;



Relação promotora do empoderamento dos/as trabalhadores/as, produtores/as, comerciantes e consumidores/as;



Identidade pautada pelos princípios da autogestão, da transparência, da solidariedade e da participação dos atores e atrizes envolvidos em todas as fases das relações econômicas das cadeias de produção, comercialização e consumo.



realização:



Secretaria Nacional de Economia Solidária

Ministério do Trabalho e Emprego

parceria:



Avanços da
COMERCIALIZAÇÃO
SOLIDÁRIA
no Brasil



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Dentre iniciativas consideradas como avanços – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário - SNCJS

Mobilização de mais de 4.500 trabalhadores e trabalhadoras brasileiros(as) em diversos eventos voltados à sua construção;

Contribuição na construção de um marco legal que define os princípios e os critérios de Comércio Justo e Solidário - CJS no território brasileiro;

Assinatura do decreto 7.358 que estabelece o SNCJS em novembro de 2010.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Dentre iniciativas consideradas como avanços – SECAFES – Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária

É um conjunto de ações ligadas diretamente ao processo de comercialização no âmbito da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, estruturas adequadamente articuladas desde as unidades familiares e solidárias de produção, até as cidades de maior porte, em cada território e destes até as centrais de comercialização que vem sendo implantadas em cada Estado.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Objetivo do SECAFES

Fortalecer a organização dos produtores(as) e da produção, com base em formas associativas, desde as mais simples até as mais complexas, buscando aumentar o seu poder de governança nas cadeias produtivas onde se inserem e, conseqüentemente, incrementar o nível de renda por eles(as) apropriado;



realização:



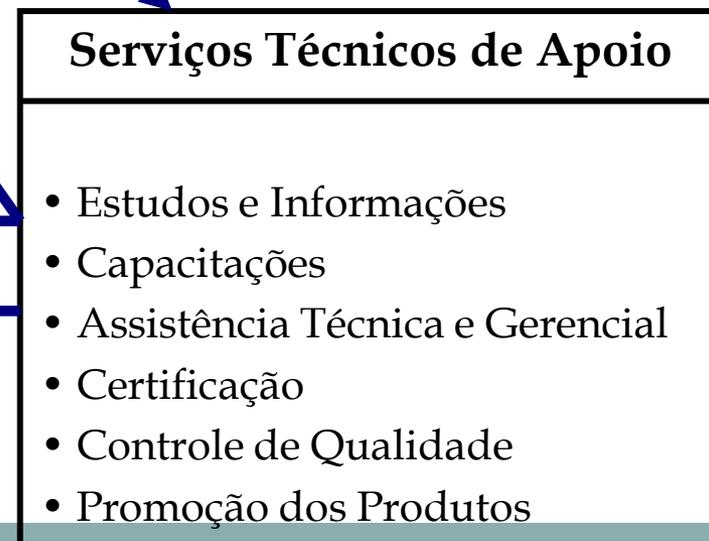
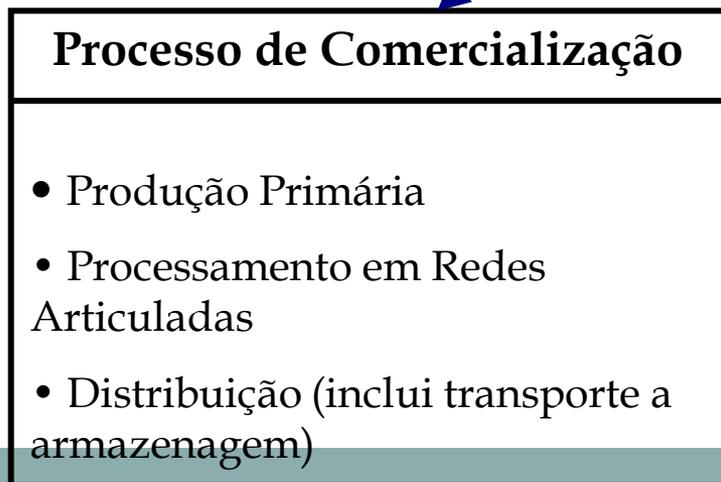
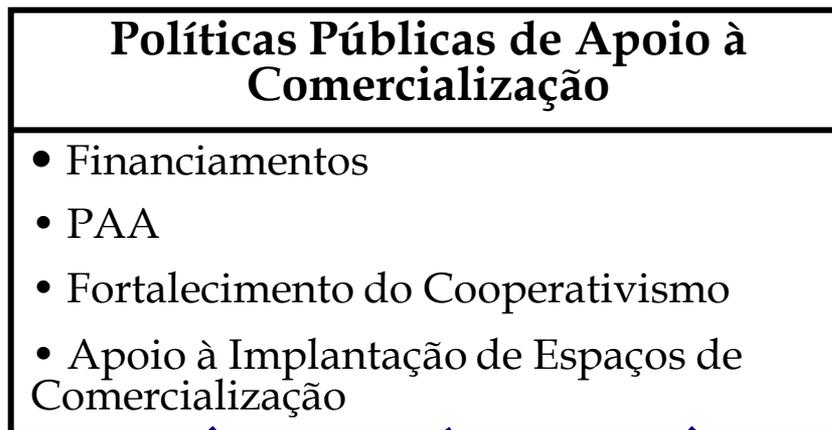
Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Componentes dos Sistemas de Comercialização dos Produtos da AF e ES



BSCs – Bases de Serviços de Apoio à Comercialização

Dentre iniciativas consideradas como avanços – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),

- PAA na Modalidade de Doação Simultânea;
- PAA na Modalidade de Formação de Estoque;

Recurso que pode ser acessado por agricultor (DAP):
R\$ 4.500,00.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Dentre iniciativas consideradas como avanços – PNAE

A aprovação e regulamentação da lei nº 11.947/2009 instituindo o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**;

...diz que município tem... comprar no mínimo 30% dos produtos para merenda escolar da agricultura familiar.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Dentre iniciativas consideradas como avanços – SUASA

A regulamentação, em 2006, do **Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa)**;

👉 Os produtos inspecionados por qualquer uma das instâncias do SUASA (central, intermediária, local), podem ser comercializados em todo o território nacional.

A adesão ao SUASA é uma decisão a ser tomada por cada município e estado e pelo Distrito Federal.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

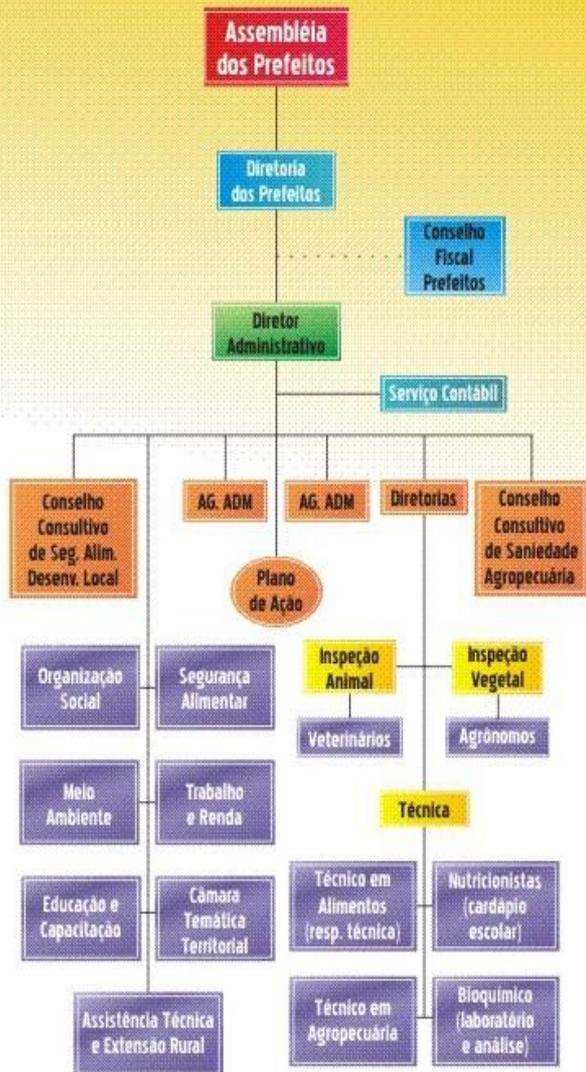
Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL CONSAD

TERRITÓRIO CONSAD EXTREMO OESTE CATARIENSE



Parceiros:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

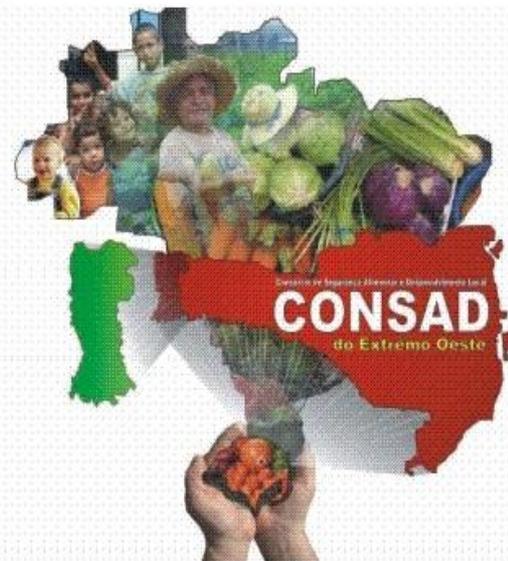
Ministério de Desenvolvimento Agrário



Prefeituras (AMEOSC)

CEADES

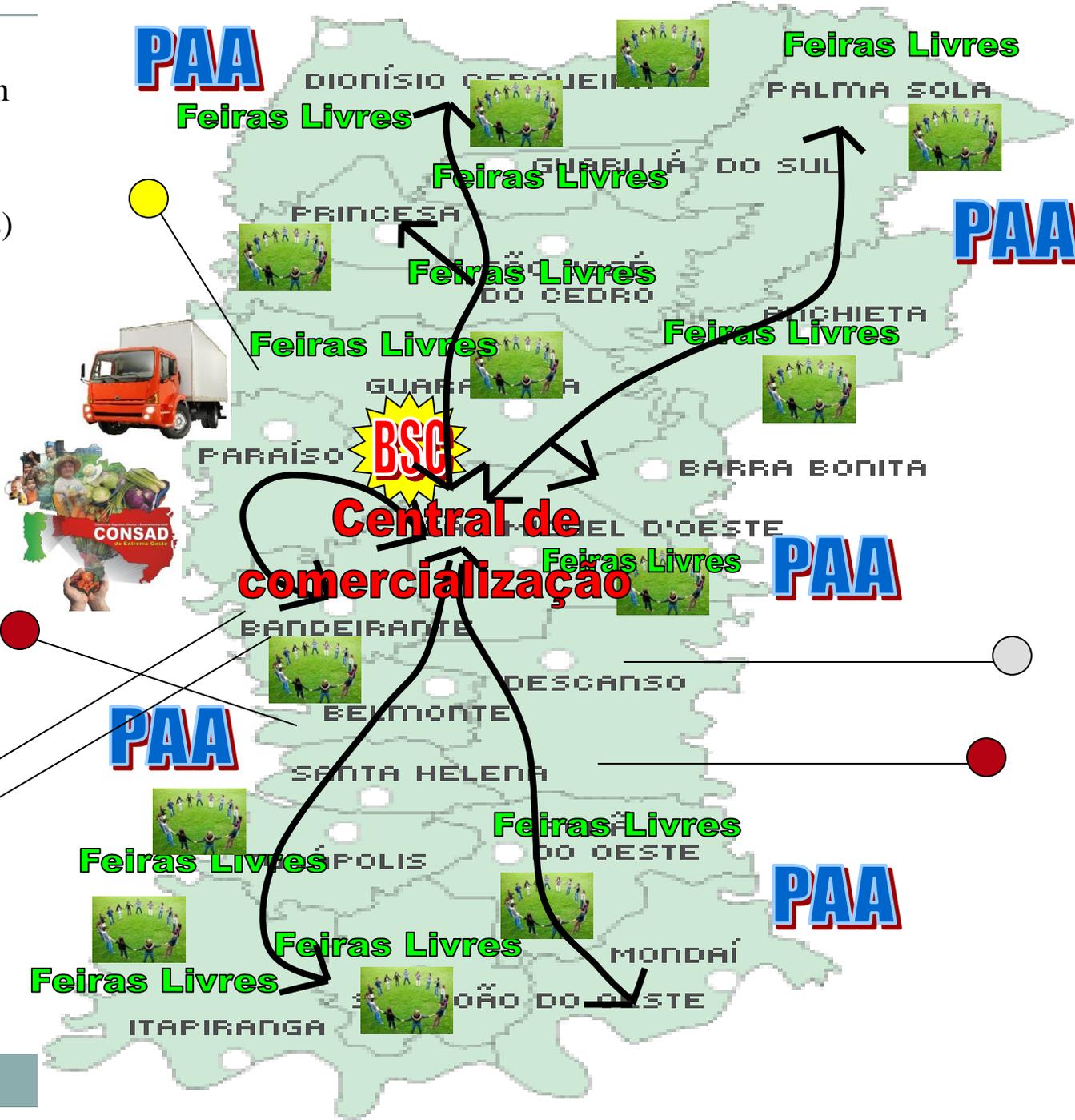
INSTITUTO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO



CONSAD
Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar e Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local

-  Câmaras frias cap. 190 ton
-  Unidade de processamento Frutas e verduras (paradas)
-  Unidade processamento frutas nova
-  Usina de álcool
-  2 Extratoras de óleo
-  Silo armazenagem grãos oleaginosas

Conselho Regional de Cooperação



Objetivo do SUASA

➡ **Garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, a qualidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos destinados ao consumo.**



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Adesão ao SUASA

👉 **Os requisitos a serem observados para equivalência dos serviços para a adesão, são:**

- ★ **Infra-estrutura administrativa**
- ★ **Inocuidade dos produtos**
- ★ **Qualidade dos produtos**
- ★ **Prevenção e combate a fraude**
- ★ **Controle ambiental**



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Dentre iniciativas consideradas como avanços – Feiras de Economia Solidária e Agricultura Familiar

As Feiras de economia solidária e agricultura familiar

Tem se firmado como um importante espaço de expressão das diversas experiências da economia solidária no campo da produção, comercialização e consumo solidário;

Do ponto de vista da construção do conhecimento, tem se firmado como um espaço estratégico de troca de saberes na área da produção, comercialização e consumo solidário;

De acordo com os dados do balanço do programa de Feiras de Economia Solidária, **entre o período de 2005 a 2008, 65% dos 8.911 EES expositores das 74 feiras realizadas no período, se organizam de forma coletiva para comercializar a produção;**

Para os EES do setor de artesanato, tem se configurado como uma importante estratégia no processo de organização da comercialização.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Dentre iniciativas consideradas como avanços – REDES

Ampliação da quantidade de Redes de Comercialização Solidária

Consolidação de uma estratégia no campo da comercialização solidária;

Desenvolvimento e formulação de estratégias comuns focados em territórios específicos;

Fortalecimento de Redes Políticas que representam os interesses dos EES;



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Dentre iniciativas consideradas como avanços – PNATER

Aprovação da **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**,

Possibilidade de acesso às entidades sem fins lucrativos como ong`s, associações, cooperativas entre outras;

Possibilita ações específicas no campo da comercialização.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Dentre iniciativas consideradas como avanços – Espaços de Comercialização Solidária

O crescimento e fortalecimento de redes setoriais, tais como: da agroecologia, do consumo, dos Centros Públicos de Economia Solidária, ambas com ações e experiências concretas de comercialização solidária;

Aumento das iniciativas de comercialização solidária em todas as regiões do país (Feiras de Economia Solidária, Agroecológicas e de Agricultura Familiar; Pontos Fixos de Comercialização Solidária – lojas, centrais, bodegas, quiosques, trailers, entre outros; redes de consumo; mercado institucional; entre outros);



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Desafios para a COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA no Brasil



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Desafios do Processo de Comercialização Solidária no Brasil

1- Operar mecanismos concretos de aproximação entre produtores e consumidores, por meio da criação e fortalecimento de redes de consumidoras/es responsáveis;

2- Incentivar/financiar novos empreendimentos econômicos solidários de prestação de serviços que venham a suprir a demanda pela logística solidária, apontada como um dos grandes desafios da comercialização no Brasil.

3- Fazer com que a Economia Solidária se torne política de Estado, garantindo sua perenidade e integração entre as ações, programas e políticas das diferentes esferas governamentais;

4- Que as políticas públicas estaduais e federais se orientem pelas experiências exitosas locais e regionais no campo da comercialização solidária e garantirem recursos para o intercâmbio e integração entre as mesmas.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Desafios do Processo de Comercialização Solidária no Brasil

5- Elevar a economia solidária do patamar assistencial, já que a economia solidária é também um projeto político.



6- Garantir aos agricultores familiares, pescadores, artesãos, entre outros, maiores possibilidades de apropriação do valor gerado no sistema produtivo, através, por exemplo, da agroindustrialização.



7- Apoiar a organização da produção e da distribuição para criar economias de escala, potencializando que a riqueza gerada fomente o desenvolvimento local sustentável;



8- Apoiar o desenvolvimento, o aprimoramento, a incorporação e a difusão das tecnologias sociais na produção, beneficiamento, comunicação, logística e comercialização de maneira sustentável para as cadeias produtivas da Economia Solidária (desenho de novos produtos, matéria-prima, marcas, embalagens)



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Desafios do Processo de Comercialização Solidária no Brasil

9- Realizar ações integradas de reconhecimento e fomento de redes e cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, coerente com um modelo de desenvolvimento econômico sustentável e justo à sociedade brasileira e fomentando um aumento de demanda da sociedade por estes produtos e serviços.

10- Adequar e apropriar as ferramentas existentes de comercialização e gestão para as especificidades dos EES.

11- Obter a regulamentação pública do SNCJS em trâmite na Casa Civil, através de estratégias de maior apropriação desta bandeira pelos empreendimentos de economia solidária. Quando for aprovada, será um desafio aumentar a capacidade de gestão e recursos da SENAES e da SDT para estarem à altura do Sistema.

12- Dentre as políticas públicas existentes, é necessário que os SECAFES se constituam como resposta concreta às demandas cotidianas dos grupos e empreendimentos produtivos em todos os estados do Brasil.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Desafios do Processo de Comercialização Solidária no Brasil

13- É necessário também garantir que o PAA e o PNAE cheguem a todos os municípios do Brasil, ou seja, preparar as prefeituras e as organizações para operarem com as compras públicas;

14- Construir propostas de marcos regulatórios adequados para temas como a lei de licitações, legislações tributárias e sanitárias, através da articulação e adoção de luta coletiva nas demandas relacionadas à comercialização solidária pelo movimento da economia solidária.

15- Garantir a oferta de assistência técnica para planejamento estratégico, composição nutricional, viabilidade econômica, entre outros;

16- Fomentar a implantação de Sistemas de Finanças Solidárias;

17- Garantir a ampliação da quantidade de centros públicos de economia solidária.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



As Estratégias para a COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA no Brasil



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Estratégia Nacional de Comercialização Solidária

A Estratégia Nacional de Comercialização Solidária deve ter dois objetivos complementares.

a- Dar uma resposta imediata aos empreendimentos econômicos solidários na forma de abertura de canais e possibilidades de vendas, para que a economia solidária se concretize e mostre seus resultados e suas vantagens para a sociedade brasileira.

b- Apoiar a construção de uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado, na perspectiva de construção de formas solidárias de interação econômica que se contraponham ao monopólio da distribuição dos produtos e à imposição dos critérios e valores das grandes empresas.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Estratégia Nacional de Comercialização Solidária

Contemplar ações de fomento à Comercialização Solidária, ao Comércio justo e solidário e ao Consumo responsável;

Contemplar o financiamento para a criação de espaços de comercialização solidária;

Apoiar à constituição de redes e cadeias solidárias de produção e de agroindustrialização, de comercialização, de logística e de consumo solidários;

Promover a formação/assessoramento técnico contínuo e sistemático à comercialização, o consumo responsável e a priorização de produtos e serviços da Economia Solidária nas compras institucionais em todas as esferas;

Todas as ações devem estar articuladas e em consonância com os princípios, regulação e critérios estabelecidos no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Eixos da Estratégia Nacional de Comercialização Solidária

1) *Afirmar os princípios e critérios de uma relação de Comercialização Justa e Solidária*

2) *Fortalecer a identidade dos produtos e serviços da Economia Solidária em cadeias de comércio justo e solidário*

3) *Comunicar e sensibilizar a sociedade brasileira para os benefícios da Economia Solidária e Comércio Justo e Solidário*

4) *Utilizar o poder de compra do Estado para o fortalecimento da Economia Solidária e da Agricultura Familiar*



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Eixos da Estratégia Nacional de Comercialização Solidária

5) Favorecer a circulação e comercialização formal de produtos da Economia Solidária e Agricultura Familiar

6) Formar e estruturar Empreendimentos de Economia Solidária para a Comercialização Solidária e o Comércio Justo e Solidário

7) Garantir acesso aos produtos e serviços da Economia Solidária através da aproximação de produtores e consumidores

8) Promover a integração econômica entre os Empreendimentos da Economia Solidária, na perspectiva de um mercado interno



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:



Muito Obrigado!!!!

Instituto Marista de Solidariedade – IMS

61 32241100



realização:



Secretaria Nacional
de Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

parceria:

